

da República, 2.ª série, n.º 182, de 20 de setembro, subdelego a presidência do júri das provas de doutoramento no Ramo de Educação na especialidade de Didática da Matemática, requeridas pela doutoranda Sandra Guerreiro Gonçalves Nobre, no Doutor Henrique Manuel Alonso da Costa Guimarães, Professor Associado e membro do Conselho Científico deste Instituto.

1 de junho de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor João Pedro Mendes da Ponte*.

209633577

## Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

### Declaração de retificação n.º 638/2016

Por ter sido publicado com inexatidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 30 de maio de 2016, o aviso n.º 6739/2016, retifica-se o seguinte:

Onde se lê:

«8.2 — Requisitos habilitacionais: Licenciatura em qualquer área e Mestrado em Ciências Documentais — variante de Bibliotecas e Documentação, sem possibilidade de substituição do nível habitacional por formação ou experiência profissional.»

deve ler-se:

«8.2 — Requisitos habilitacionais: Licenciatura em qualquer área e Mestrado em Ciências Documentais — variante de Bibliotecas e Documentação; Curso de Especialização em Ciências Documentais, opção em Documentação e Biblioteca; Doutoramento na área das Ciências da Documentação ou das Ciências da Informação, sem possibilidade de substituição do nível habitacional por formação ou experiência profissional.»

1 de junho de 2016. — A Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, *Prof.ª Doutora Maria Lucinda Fonseca*.

209633958

### Regulamento n.º 591/2016

#### Regulamento dos Regimes de Reingresso e Mudança de Par Instituição/Curso

A Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, aprova o Regulamento Geral dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior, revogando, com efeitos a partir do final das candidaturas 2015-16, a Portaria n.º 401/2007, de 5 de abril.

O artigo 25.º do diploma legal em vigor atribui ao órgão legal e estatutariamente competente, de cada estabelecimento de ensino superior, a competência para aprovar um regulamento dos regimes de Reingresso e Mudança de Par Instituição/Curso. Assim, por decisão do Conselho Científico do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) é aprovado o presente regulamento.

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente documento destina-se a regulamentar os regimes Reingresso e Mudança de Par Instituição/Curso nos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado do IGOT.

#### Artigo 2.º

##### Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, e conforme referido nos artigos 3.º, 4.º e 8.º da Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, entende-se por:

- a) «Reingresso» ato pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos num par instituição/corso de ensino superior, se matricula na mesma instituição e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;
- b) «Mudança de par instituição/corso» ato pelo qual um estudante se matricula e inscreve em par instituição/corso diferente daquele em

que em anos letivos anteriores, realizou uma inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino, tendo havido ou não interrupção da inscrição num curso superior;

c) «Créditos» os créditos segundo o ECTS — *european credit transfer and accumulation system* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);

d) «Escala de classificação portuguesa» aquela a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.

## CAPÍTULO II

### Reingresso

#### Artigo 3.º

##### Condições de candidatura

Podem requerer o reingresso num curso do IGOT os estudantes que, cumulativamente:

- a) Tenham estado matriculados e inscritos no mesmo estabelecimento (ou sucedâneo: FLUL para IGOT) e se inscrevem no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;
- b) Não tenham estado inscritos nesse curso no ano letivo imediatamente anterior ao que se estão a candidatar.

#### Artigo 4.º

##### Condições específicas para estudantes cuja matrícula prescreveu

Aos estudantes cuja matrícula tenha caducado por força da aplicação do regime de prescrições a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, aplicam-se as condições previstas no Regulamento de Prescrições da Universidade de Lisboa. Nestas condições, só serão aceites as candidaturas dos estudantes após um período de interrupção mínimo de dois semestres consecutivos.

#### Artigo 5.º

##### Documentação a entregar

A candidatura a Reingresso deverá ser requerida ao Conselho Científico do IGOT e instruída com os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do documento de identificação e número de contribuinte;
- b) Certidão de aproveitamento, nos casos dos alunos que frequentaram a licenciatura em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa antes de 2010.

#### Artigo 6.º

##### Vagas

O reingresso não está sujeito a limitações quantitativas.

#### Artigo 7.º

##### Creditação das formações

1 — O número de créditos a realizar para a atribuição do grau ou diploma não pode ser superior à diferença entre 180 (o número de créditos total necessário para a atribuição do grau ou diploma) e os créditos da totalidade da formação obtida anteriormente no mesmo par instituição/corso ou no par que o antecedeu.

2 — Em casos devidamente fundamentados em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição, o número de créditos a realizar para a atribuição do grau ou diploma não pode ser superior em 10 % ao que resulta da aplicação da regra fixada pelo número anterior.

## CAPÍTULO III

### Mudança de par instituição/corso

#### Artigo 8.º

##### Condições de candidatura

1 — Podem requerer a mudança para um par instituição/corso os estudantes que cumulativamente:

- a) Tenham estado matriculados e inscritos noutro par instituição/corso e não o tenham concluído;